

ENCARTE CLACSO

CADERNOS DA AMÉRICA LATINA XII



Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Os *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano* constituem uma iniciativa do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) para a divulgação de alguns dos principais autores do pensamento social crítico da América Latina e do Caribe: Ruy Mauro Marini (Brasil); Agustín Cuevas (Equador); Álvaro García Linera (Bolívia); Celso Furtado (Brasil); Aldo Ferrer (Argentina); José Carlos Mariátegui (Peru); Pablo González Casanova (México); Suzy Castor (Haiti); Marilena Chauí (Brasil); Florestan Fernandes (Brasil); Orlando Fals Borda (Colômbia); Mayra Paula Espina Prieto (Cuba); Edelberto Torres Rivas (Guatemala); Carlos Tünnermann Bernheim (Nicaragua); Daniel Mato (Argentina); Hugo Aboites (Brasil); Jaime Ornelas Delgado (México); Jorge Landinelli (Uruguai); Marcela Mollis (Argentina); Pablo Gentili (Brasil); Víctor Manuel Moncayo (Colômbia); Susana Novick (Argentina); Antonio Negri (Itália); Guillermo Almeyra (Argentina); Luis Tapia (Bolívia); Boaventura de Sousa Santos (Portugal); René Zavaleta Mercado (Bolívia); Rodolfo Stavenhagen (México); Milton Santos (Brasil); Silvio Frondizi (Argentina); Gerard Pierre-Charles (Haiti); Aníbal Quijano (Peru); e Juan Carlos Portantiero (Argentina) entre outros.

Os *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano* são publicados no jornal *La Jornada* do México e nos *Le Monde Diplomatique* da Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha e Peru.

CLACSO é uma rede de 254 instituições que realizam atividades de pesquisa, docência e formação no campo das ciências sociais em 25 países: www.clacso.org

Coordenação editorial: Emir Sader | Edição brasileira: Silvio Cezar de Souza Lima

Hibridez, modernidade e desenvolvimento. A política da guerra fria, a academia e a cultura¹

Angel G. Quintero Rivera*

A euforia da modernidade e o desenvolvimento.
Contexto histórico do início das ciências sociais
“profissionais”

Durante os anos 1950 e 1959, Porto Rico experimentava as taxas de crescimento econômico mais elevadas da América Latina. Seu acelerado progresso se associava a um programa de industrialização dirigida a transformar uma economia agrária colonial baseada na monocultura em uma economia dinamizada pela diversidade manufatureira, aproveitando a emergente hegemonia industrial mundial norte-americana do pós-guerra e sua necessidade de exportação de capitais. Esse programa de industrialização se associava em Porto Rico, por sua vez, a um movimento político populista de caráter reformista liderado por setores médios

profissionais, que apresentava o latifúndio agrário como a epítome do atraso e o grande inimigo do “povo” e de suas aspirações de justiça social, com paralelos evidentes, em muitos sentidos, com outros populismos latino-americanos da época². Inicialmente, da mesma forma que esses outros populismos, a proposta justicialista modernizadora porto-riquenha tentou uma política de transformação industrial baseada nas forças produtivas internas. Mas reconhecendo a natureza historicamente “aberta” das economias caribenhas³, aproveitando a conjuntura econômica internacional do pós-guerra, redefiniram suas premissas ideológicas iniciais

para incorporar um tipo de investimento que não era extrativo, agrário, financeiro, nem monopólico; mas sim industrial e diversificado (Quintero, 1980).

O que chegou rapidamente a ser conhecido como “o modelo porto-riquenho de industrialização por convite”, apoiado por numerosos *indicadores de progresso* estatisticamente verificáveis, aumentos na produção e nos chamados “níveis de vida”, se constituiu nos anos cinqüenta na utopia modernizadora para a maioria dos países do Caribe e para outros tantos da América Latina, cujos programas de industrialização nacional para a substituição de

importações não haviam produzido os resultados esperados. Mas este programa de transformação social de intenção modernizante, inicialmente gerado a partir de um movimento populista em uma colônia subdesenvolvida como eixo de sua política justiciacialista e de descolonização – isto é, em ruptura com o modelo historicamente “clássico” da exploração colonial no Caribe, e mais amplamente nas regiões “tropicais”, baseado na economia de plantação – foi apropriado ideologicamente – como modelo a seguir como “via de desenvolvimento” para outros países – pelas “ciências do desenvolvimento” da antiga “potência” colonial, a mesma que agora se apresentava como “aliada para o progresso” em seu novo papel de exportadora de capitais industriais que sua dinâmica econômica requeria.

Já em janeiro de 1953, *The Annals of the American Academy of Political and Social Sciences* dedica a este programa, que estava se tornando modelo, um número monográfico sob o título de *Porto Rico: a study in democratic development* (Hansen and Wells, 1953). Este inclui artigos dos mais reputados intelectuais dos novos development studies (estudos do desenvolvimento), como John Kenneth Galbraith no plano econômico e Rupert Emerson no nível político. Autores que publicaram textos sob títulos tão reveladores como “Puerto Rican lessons in economic development”, do primeiro, e “Puerto Rico and American Policy towards dependent areas”, do segundo.

Esta apresentação da *modernização* porto-riquenha como “modelo de desenvolvimento” a partir das Ciencias Sociais vai adquirir características praticamente propagandísticas com a intensificação da Guerra Fria. Em 1955, o antigo tratadista Earl Hanson publica um livro na prestigiosa editora Simon & Shuster sob o título *Transformation: the story of modern Puerto Rico*. Ele afirma ali abertamente que o modelo representava “a resposta dos Estados Unidos ao comunismo (...) isso expressa a imensa importância de Porto Rico para os Estados Unidos e para o mundo moderno”. (Hanson, 1955, 403, ênfase meu).

Pouco depois, apresentando como “pensamento revolucionário” a teoria de que “os grandes lucros não são a medida da moralidade de um homem, mas de sua eficiência”. (Hancock, 1960, 75) e a experiência porto-riquenha como exemplo de soluções para “complexas áreas coloniais”. Ralph Hancock, em um livro que intitulou *Puerto Rico: a success story*, afirmou categoricamente que “para os formuladores de políticas, Porto Rico é a melhor anti-propaganda que os Estados Unidos podem utilizar para desarticular os objetivos comunistas”. (Hancock, 1960, 3)

No final dos anos cinqüenta, inclusive, um destacado intelectual do populismo porto-riquenho, Arturo Morales Carrión, foi nomeado subsecretário de Estado, encarregado de assuntos latino-americanos do governo dos Estados Unidos, que durante seu desempenho no cargo observou: “Estados Unidos é demasiado vasto para que as pessoas dos novos estados independentes (se identifique) (...) Porto Rico se acha dentro de uma escala de referência que eles podem alcançar. Conseguimos o que os comunistas prometeram sem apelar para os métodos soviéticos”. (Hancock, 1960, 10)

Além da economia, um dos ramos importantes das “ciências do desenvolvimento” que se estavam configurando nos Estados Unidos, marcadas pela experiência do New Deal de Roosevelt e pela tradição intelectual weberiana, foi a denominada “ciência da administração pública”. A racionalidade burocrática se erigia como elemento central da modernidade: se trata do que nessa disciplina emergente se denominaria POSCORB (*Planning*

Organizing Staffing, Coordinating, Reporting and Budgeting) (Gonzalez Ortizm 1984). Em 1949, quando no quarto ponto de seu discurso inaugural o presidente Truman anunciou um programa de assistência técnica para tornar acessíveis a áreas menos desenvolvidas os benefícios de “nossos avanços científicos e progresso industrial” (Truman, 1950, 229-230), como falava como governo e que os “avanços científicos” no plano da produção (no capitalismo de seu país) pertenciam na verdade às indústrias, a “assistência técnica” a que podia comprometer-se necessariamente tinha que aludir sobretudo às “ciências da administração”. Como demonstra a contribuição escrita de um dos editores do citado anteriormente número monográfico do *The Annals*, celebratório do “desenvolvimento portorriquenho” (Hansen, 1053) e tal como investigaram com primazia Santana Rabell (1984) e Rosario Urrutia (1993), tanto o “modelo porto-riquenho de desenvolvimento”, como concretamente (e a seu próprio modo) o Governo de Porto Rico do movimento populista que o havia gerado e liderava, se inseriram desde seus inícios de maneira proeminente no programa que internacionalmente foi conhecido como “O Ponto Quarto”. Por esforços iniciados pelo Governo de Porto Rico e mediante acordo formal entre este e o Executivo dos Estados Unidos, se estabeleceu um escritório do programa na Ilha, onde anualmente se treinavam numerosos funcionários públicos dos países subdesenvolvidos nas “ciências administrativas do desenvolvimento”. Segundo o *Décimo segundo Informe Anual* da Junta de Planejamento, em 1954 havia 1.341 bolsistas nas áreas de administração pública, planejamento, saúde pública, medicina tropical, habitação, serviço civil, eletrificação, relações operárias, ciências domésticas, cooperativas, desenvolvimento industrial e agrícola e serviços sociais. (Junta de Planejamento do Governo de Porto Rico, 1954, 66).

É significativo que nessa primeira década do “modelo porto-riquenho de industrialização por convite”, o desenvolvimento da administração pública como disciplina acadêmica desempenhará um papel de tal importância, como evidencia o antes mencionado número monográfico do *The Annals*. Dois dos autores dessa publicação participaram também no primeiro número do primeiro volume da *Revista de Ciências Sociais* da Universidade de Porto Rico (UPR) em 1957: o norte-americano Henry Wells (1957), que anos mais tarde publicaria um livro completo apologético (mesmo com toda a estrutura acadêmica), da modernização portorriquena (Wells, 1969); e o portorriqueno doutorado em Harvard Pedro Muñoz Amato (1957), decano da Faculdade de Ciências Sociais da UPR nos inícios do projeto desenvolvimentista. Muñoz Amato, especialista internacionalmente reconhecido do POSCORB, tinha publicado em 1954 com a editora de Ciências Sociais mais importante da América Latina naquela época, a Fondo de Cultura Económica, o primeiro livro em espanhol desta emergente disciplina (Muñoz Amato, 1954), que foi difundido em todo o continente. Em 1958, por exemplo, já havia sido traduzido ao português no Brasil.

O interesse geral no modelo de “industrialização por convite” se encarnava no governo democraticamente eleito como motor do desenvolvimento, afinal de contas, era este quem “convidava”. As “ciências da administração” chegaram a subordinar inclusive as ciências da investigação. Como observava o jornal *La Prensa* de Lima em 1955 um “beneficiário” do Ponto Quatro, Porto Rico tinha se convertido em um maravilhoso “laboratório de realizações sociais aonde de ano após ano vêm buscar inspiração e modelo milhares de pessoas da Ásia, África e de todas as regiões do desenvolvimento insuficiente”. (citado por Rosario Urrutia, 1993, 177, ênfase meu).

O vigor híbrido e o desenvolvimentismo

O modelo porto-riquenho de modernização “associada” – econômica, política e intelectualmente – aos Estados Unidos, aos investimentos transnacionais do capital industrial e a racionalidade burocrática foi questionado, no final da década, pelo modelo alternativo de desenvolvimento endógeno antiimperialista simbolizado pela política e a economia da Revolução Cubana de 1959. O lema “Pátria ou morte, venceremos!” expressava dramaticamente um agudo nacionalismo nessa tentativa de implementar um modelo alternativo, e se tornava altamente sedutor para sociedades que naquele momento viviam lutas de descolonização política, como a constituição dos novos Estados-nações na Ásia, África e Caribe, processo que marcou a política internacional dos anos cinqüenta e da década seguinte. A exportação do “modelo porto-riquenho”, além da propaganda de suas conquistas, começou a requerer também, diante do modelo alternativo, novas bases justificativas a nível ideológico-cultural.

Neste contexto, justamente no final da década, o economista Richard L. Meier fez circular um ensaio intitulado “Vigor híbrido na aculturação: a transformação porto-riquenha” escrito com o propósito de criticar o mais célebre artigo do primeiro número publicado na década de sessenta da *Revista de Ciências Sociais* significativamente intitulado “A transformação ilusória de Porto Rico” (Morse, 1960, ênfase meu). Como muitos outros jovens acadêmicos progressistas que haveriam de alcançar notoriedade nas Ciências Sociais (José Medina Echeverría, C. Wright Mills, Sidney Mintz, John Murra, Eric Wolf, etc.), Meier foi amadurecendo na pesquisa social no “laboratório” que representava a experiência desenvolvimentista porto-riquenha. Dirigiu no Centro de Investigações Sociais da UPR, conjuntamente com Harvey S. Perloff, um amplo projeto de pesquisa (junto com dez *advanced graduated students* norte-americanos) para avaliar as possibilidades de um futuro industrial para Porto Rico, que dava continuidade ao livro mais importante sobre a economia do país que Perloff havia publicado pouco tempo antes com o apoio e o aval dos líderes e quadros técnicos locais do movimento populista modernizador (Perloff, 1950). Pouco depois, Meier publicava, também com o aval institucional da Junta de Planejamento do governo “insular” (encarregada dos programas internacionalistas do Ponto Quatro), um estudo que incorporava os “requisitos sociais” para a análise de projetos para “uma sociedade industrial estável” em países que logo começariam a ser denominados como “em vias de desenvolvimento” no lugar de “subdesenvolvidos”, manifestando o “caráter irremediável” da linha progressiva do tempo (Meier, 1952). Ambas as pesquisas foram amplamente influentes na constituição do “modelo porto-riquenho”, de cujo *laboratório* precisamente se nutriam.

“Vigor híbrido em aculturação, a transformação porto-riquenha” aparentemente nunca apareceu impresso em forma “definitiva”, embora as questões levantadas no *laboratório* porto-riquenho estivessem subjacentes em muitos dos livros que Meier publicou, vários considerados contribuições importantes para a literatura sobre o “desenvolvimento”: *Science and economic development: new patterns of living* (1956), *A communication theory of urban growth* (1962), *Developmental planning for an urban world* (1975), entre outros.

É interessante como “Vigor híbrido em aculturação...”, (tal qual Garcia Cancilini décadas depois) enfatizara no final dos anos cinqüenta os aspectos positivos da hibridização, como crítica subjacente implícita ao considerado *limitante* nacionalismo que imperava naquele momento em muitos dos pa-

íses “em vias de desenvolvimento”, sem considerar outros aspectos (na verdade negativos) que a genética, de onde se tomava o termo, colocava como fundamentais para sua análise, sobretudo o conceito de infertilidade. A esse respeito, é possível citar numerosos exemplos, tal como a já então proliferante pesquisa botânica para aumentar a produtividade agrícola, mais conhecida a nível popular por seus resultados na zoologia e, em particular, pelo caso “clássico” da mula, em que o “vigor” derivado do cruzamento de cavalo com burro resultava problemático pela infertilidade do híbrido resultante. O híbrido era incapaz de autoreproduzir-se, de gerar autonomamente sua continuidade histórica. Só continuariam existindo híbridos, em um ininterrupto processo de hibridização enquanto continuassem cruzando-se as espécies-mãe (só continuariam existindo mulas enquanto continuassem cruzando-se cavalos com burros).

Diferentes análises a partir de diversos contextos consideravam o *milagre porto-riquenho* como um trabalho de transformação “titânica”. Em 1955, por exemplo, o presidente da Costa Rica, José Figueres, observava: “Todo o heroísmo de que é capaz o ser humano estão empregando (os porto-riquenhos). Porto Rico é hoje uma oportunidade histórica se, precedentes. É o princípio da *integridade americana*.” (Arquivo Geral de Porto Rico, Tarefa 65-70, citado por Rosario Urrutia, 1993, 177).

Três anos antes, quando ainda eram incertos os resultados de seu programa de industrialização (que, nas suas palavras, “ainda não oferecia grandes esperanças de sucesso”), Meier fez análises mais modestas. O economista em um arroubo de humildade que poucos anos depois pareceria estranho para os analistas, reconhecia que a expansão de países subdesenvolvidos como Porto Rico “era apoiada (apenas) em um terço de probabilidades concretas e dois terços no destino, na sorte e no esforço sobre humano” (Meier, 1952, 2), esforços “heróicos”, supra-espécie, só possíveis – como na Biologia – pelo “vigor híbrido”.

No entanto, seria necessário então esse esforço sobre humano para o que Rostow (1960) – que surgia naquele momento com seu *Non communist manifesto* (subtítulo de seu livro de maior influência) como um dos principais teóricos dos estudos sobre o desenvolvimento⁵ – observava como o momento crucial de afastamento, que haveria de possibilitar em seguida sua própria dinâmica de desenvolvimento? Ou, seguindo a analogia biológica, estariam as sociedades de um desenvolvimento “tardio” condenadas – para manter o vigor que sua dinâmica desenvolvimentista requeria – a perpétuos processos de hibridização? Isto é, se constituiria a hibridez em elemento identitário consubstancial das sociedades que *chegavam* tão tardiamente à modernidade, como de certa forma, as análises de Garcia Canclini sugeririam várias décadas depois.

A referência nos obriga de certa forma, a esclarecer que enquanto Garcia Canclini analisa os processos de hibridização como “estratégias para entrar e sair da modernidade”, essa ambivalência “estratégica” tipicamente pós moderna não era contemplada nos anos cinqüenta, quando, se um país entrava em vias modernizadoras, isso era para sempre. Imaginem sair! Isto constituiria em um “retrocesso”, uma anomalia, por sua vez na visão de então – e desde o século XVII generalizada no “ocidente” – do tempo como linear, acumulativo, ascendente, que *cristalizava* (para transferir a analogia biológica à mineralogia) na idéia do “progresso”.

A analogia genética de Meier se cruza com debates intelectuais centrais na própria constituição das Ciências Sociais e presentes nos desejos e tentativas

modernizantes na América Latina em diversos momentos do século XX. Pelo menos desde os trabalhos já “clássicos” de Max Weber, as Ciências Sociais assumiram como premissa inquestionável que os processos de modernização se assentam sobre padrões culturais que predispõem à transformação e à racionalidade. Desta forma, transferiam para a análise da transformação social e cultural uns intercâmbios complexos conceituais entre *modernidade e progresso* que estariam sendo gestados desde o século XVIII, no iluminismo europeu. Seria necessário examinar com maior detenção – falta ainda muita pesquisa específica a esse respeito – a evidente relação entre a necessidade de exportação de capitais industriais da economia norte-americana do pós-guerra e a emergência das “ciências sociais do desenvolvimento” (de academia fundamentalmente norte-americana), mas é inegável o fato de que a partir da vitória dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial e da vertiginosa transferência de sua indústria bélica para a produção industrial maciça para o consumo, a *modernidade* começou a se identificar crescentemente com o *desenvolvimento*. E ficou estabelecida mais contundentemente (só questionada pelo desenvolvimentismo soviético) a visão que Weber havia avançado no começo do século XX em torno a que a cultura a Cultura anglo-saxônica e sua “ética protestante” representavam mais do que nenhuma outra esses padrões valorativos que a modernização (agora “desenvolvimentista”) supunha.

A distinção dicotômica entre “valores hispânicos” (para alguns autores, *arcaicos*, para outros, *altamente humanísticos*) e “valores anglo-saxões” (para muitos, *racionais*, *modernos*, *pragmáticos*, para outros, *vulgarmente materialistas*), presente nos debates intelectuais na América Latina, desde pelo menos, o *Ariel* de Rodó de começo do século XX, colocava os desejos desenvolvimentistas latino-americanos do pós-guerra em uma encruzilhada de perplexidades. Como romper o cerco de um subdesenvolvimento que se auto-reproduzia pela própria identidade cultural? Seria inevitável “americanizar-se” (no sentido norte-americano do termo)? A modernização desenvolvimentista do único país latino-americano sob a órbita político-econômica direta dos Estados Unidos, sua “inovação” constitucional autonômica (o Estado Livre Associado) e seu modelo populista de “industrialização por convite” também seriam apresentados nesta dimensão de “encontro”, “choque”, “fusão” ou “hibridez” cultural, como laboratório exemplar. A suposta tensão cultural da sociedade porto-riquenha se converteria em tema predileto das emergentes Ciências Sociais em e sobre Porto Rico nos anos cinqüenta e sessenta como certifica o exame da primeira década da *Revista de Ciências Sociais* de seu principal (então celebradamente cosmopolita) recinto universitário.

Da ponte entre culturas à hibridez

No mesmo ano em que *The Annals* dedicava seu mencionado número monográfico ao “desenvolvimento” porto-riquenho, um dos principais quadros técnicos do desenvolvimentismo populista, o presidente da Junta de Planejamento, organismo encarregado do programa do Ponto Quarto, Rafael Picó, primeiro presidente, por sua vez, da Sociedade Interamericana de Planejamento (SIAP), afirmava que “sua posição geográfica, *cultura* e bilingüismo fazem da Ilha (Porto Rico) um enlace natural entre as Américas” (Junta de Planejamento do Governo de Porto Rico, 1954, 35, ênfase meu).

No ano seguinte, o próprio líder máximo do populismo e seu governo, o governador Luis Muñoz

Marín, se expressava em termos equivalentes. “Porto Rico está na fronteira marítima entre Norte e Sul, na fronteira do idioma e da *cultura* das duas grandes civilizações das Américas (...) e se desenvolveu aqui uma livre e amistosa relação entre as *duas culturas do Novo Mundo*” (citado por Santana Rabell, 1984, 1999).

Essa idéia de Porto Rico como *ponte* entre duas culturas diferentes – inclusive iconografado como tal nas capas internas do antes citado *Transformation (...)* de Parker Hansen (1955) – é analiticamente diferente ao argumentado no final da década por Meier e antecipado por um dos editores do *The Annals* com o conceito de *mixed culture ou fusion of cultures* (cultura mista ou fusão de culturas) (Hansen, 1953: 115 y 113). Os editores organizaram esse número monográfico em quatro seções, uma das quais intitularam “*Fusion of cultures*” (Fusão de culturas), respondendo à tese do ensaio de Hansen. No entanto, os outros dois autores convidados a contribuir nessa edição especial para evitar celebrar o “desenvolvimento portorriquenho” postularam teses divergentes. A única vez que aparece a palavra “hibridez” (*hybridism*) em todo o número monográfico (segundo o exame minucioso realizado por este servidor) é a contribuição do imigrante espanhol Francisco Ayala a esta seção da obra quando introduz seu ensaio como uma crítica a visão de que “Porto Rico representa um campo de hibridismo cultural” (Ayala, 1953: 104). Podemos deduzir, por sua crítica explícita, que já estava manejando-se e popularizando-se o conceito, pelo menos a nível oral, pelo que este autor sentiu a necessidade de rebatê-lo.

Para Ayala, esclarecendo que entendia que toda cultura era dinâmica e cambiante, Porto Rico “havia mantido intacto o *núcleo* da tradição cultural hispânica” e sua exemplaridade consistia em enriquecer essa tradição incorporando a seus processos de “desenvolvimento” práticas elaboradas na cultura anglo-saxã em um nível basicamente instrumental (como se as práticas e os valores pudessem distinguir-se tão nitidamente). Daí as lições de sua modernização para a América Latina e sua capacidade para estender pontes entre esta e os métodos modernizantes do pragmatismo norteamericano. Em seu artigo posterior a “The transformation of the Spanish heritage”, de Ayala, mas anterior a “Vigor híbrido em aculturação: a transformação portorriquenha”, de Meier, Ayala tentou fortalecer disfarçadamente sua defesa da *ponte* hispânica desenvolvimentista porto-riquenha através da resenha comparativa de dois livros antropológicos que convidavam a repensar as problemáticas da *modernidade*. É significativo que escolhesse a *Revista de Ciências Sociais*, que estava recém começando seu segundo ano, como plataforma para discutir a “Antropologia do vizinho”, como intitulou seu artigo-resenha do livro talvez mais importante de J. A. Pitt-Rivers, *The people of the Sierra* (1954), sobre um povoado espanhol “tradicional”, e um livro de Seeley, Sim e Loosley intitulado *Crestwood Heights: a study of culture of suburban life* (1956) sobre “o ponto de evolução mais avançado da grande sociedade ocidental” nos Estados Unidos (Ayala, 1958: 208).

Escrito em e para Porto Rico, mesmo sem mencionar diretamente sua problemática cultural, “Antropologia do vizinho” enfrentava dois estudos sobre o que Meier conceitualizaria como “as espécies-mãe” da suposta hibridez porto-riquenha, realçando sua complexa historicidade e suas enormes limitações. Diante de *ambas*, a modernização porto-riquenha resultaria exemplar e com fundamentos muito sólidos para sua auto-reprodução positiva. Escapado do franquismo, Ayala não podia senão rejeitar o “tradicionalismo” espanhol que aquela ditadura representava e estimulava. Mesmo assim,

não renegava valores relacionais que considerava centrais para o “hispânico”, que o ajudavam a perceber as limitações, em certa medida “arcaicas”, do desenvolvimentismo estadunidense (ainda que este tivesse uma postura modernizante).

Ayala, que no final dos anos quarenta havia sido convidado pelo reitor da UPR para dirigir o curso básico em Ciências Sociais, obrigatório para todo estudante universitário, era um intelectual a meio caminho entre a sociologia dedutiva de caráter bem filósofo tipo Hostos (Quintero, 1988) e as ciências sociais “profissionalizadas”, indutivas, baseadas na pesquisa e no método científico de indagação e de análise, como evidencia seu *Tratado de Sociologia* em três tomos publicado em 1947 em Buenos Aires. Com a emergência desta última tendência no desenvolvimentismo porto-riquenho, Ayala foi ficando um pouco à margem da atividade sociológica – foi transferido, em promoção, para dirigir a editora da UPR – e se destacou em seus últimos anos mais como escritor. Teve uma última participação na *Revista de Ciências Sociais* (Ayala, 1963), resenhando uma enciclopédia alemã de sociologia. Ali basicamente criticava as referências dessa enciclopédia a autores espanhóis, alerta contra o modelo anglo-americano de “ciência empírica” frente às possibilidades de desenvolvimento de uma sociologia latino-americana e defendia o conceito de *crise* e a incorporação da história às ciências que este implica. Novamente se negava, com argumentos convincentes, a aceitar o anglo como epítome da modernidade.

O segundo convidado a contribuir na seção relativa à problemática cultural do número especial do *The Annals* foi o antropólogo norte-americano Julian Steward, especialista na etnografia das culturas ameríndias, que justamente dirigido, no *laboratório* porto-riquenho, uma das minuciosas e abrangedoras pesquisas realizadas até esse momento sobre a transformação cultural de uma sociedade em processo de modernização, junto com um grupo de estudantes doutoriais, alguns dos quais alcançariam logo grande notoriedade na antropologia, como Sidney Mintz e Eric Wolf. A contribuição de Steward ao *The Annals* adiantava as conclusões principais dessa pesquisa, que tardaria três anos para ser publicada (Steward ET al., 1956) e que seria então imediatamente resenhada (Gillin, 1957), ainda que realmente pouco discutida, na *Revista de Ciências Sociais*. Inscrita na escola da “ecologia social” e exibindo algumas influências do marxismo, esta pesquisa postulava uma visão que hoje talvez fosse considerada “pós – moderna”, a cultura não podia ser entendida como um conglomerado homogêneo de valores e de práticas, mas como um cruzamento de heterogeneidades, de subculturas baseadas nos tipos de relações sociais geradas por distintos ambientes de produção econômica. O ensaio, assim como posteriormente o livro, enfatizava as diferenças culturais entre as comunidades de pequenos agricultores de fumo e dos frutos de subsistência e a fazenda cafeteira nacional, a plantação de cana capitalista, a plantação de cana nacionalizada e os comerciantes dos bairros “altos” da cidade capital. Só estes últimos – *the upper classes* (as classes altas) – se distinguiam por sua extremada americanização e em nada representam – como assumiam os emergentes *development studies* – um pólo modernizador, ao contrário, o estudo achava que representavam posições reacionárias às transformações, à modernização democrática e ao desenvolvimento. Por outro lado, aquilo que os *development studies* denominavam como a “cultura tradicional” (o pólo hispano na tese da hibridez) estava, na realidade, circunscrito aos remanescentes do domínio das fazendas, cujo processo de desintegração havia começado muitas décadas antes do projeto populista modernizador.

Por seu enfoque de “ecologia social”, Steward e seus colaboradores examinavam as classes sociais só em seu âmbito comunal geográfico, deixando de fora as relações de classe em um nível social mais amplo que representavam o país e as instituições “insulares” (para não chamá-las ainda de *nacionais*). Seu enfoque não lhes permitia examinar outros setores ou classes constituídas em termos desses processos mais amplos, como o setor profissional e/ou os servidores públicos, foco principal dos projetos modernizadores, e aquilatar nestes o suposto “encontro, choque ou fusão” de culturas. Ainda que em *The people of Puerto Rico: a study in social anthropology* admitam que exista uma forte tendência entre todos os porto-riquenhos a sentir que compartilham a mesma sorte (Steward ET Al., 1956: 499), seu tipo de análise levaria a concluir que “Porto Rico não tinha unidade, (que era) meramente uma coleção de subculturas”, como bem observava a resenha da *Revista de Ciências Sociais* (Gillin, 1957: 347). Dois anos antes, o autor da resenha, outro antropólogo norte-americano, tinha se envolvido na problemática da identidade cultural, desenvolvendo uma aproximação macro – diametralmente distinto da pesquisa microfocalizada de Steward e seus colaboradores – que tentava caracterizar a cultura latino-americana como um todo (Gillin, 1955). No entanto, esta aproximação reconhecia o valor da pesquisa minuciosa e considerava a obra como “um excellente estudo sobre as realidades vitais de uma área cultural complexa e moderna” (Gillin, 1957: ênfase minha). A resenha concluía que “atualmente o problema mais urgente é elucidar as interrelações funcionais entre as subculturas, que produzem esse grau mínimo de integração total no sistema que caracteriza as sociedades-estado modernas” (Gillin, 1957: 348).

Mas e se “esse grau mínimo de integração” não existisse? Como definir o que constituiria um mínimo? Não estaria assumindo Gillin como “realidade” precisamente aquilo que Steward e seus colaboradores se haviam proposto problematizar? O debate sobre se Porto Rico era um país que podia estender pontes entre culturas (como observava o líder máximo do desenvolvimentismo populista); uma simples ponte já integrada – como sua economia e sua institucionalidade política – à dinâmica nacional do *melting pot* norte-americano (tal como as nomeações de Morales Carrión como subsecretário de Estado dos Estados Unidos ou de Moscou para representar esse país em sua “Aliança para o Progresso” implicavam); uma simples ponte por sua falta de definição cultural diante da ausência daqueles “mínimos” integradores – mais explicitamente naquela seqüela de Steward ET AL, que representou a encenação a Sidney Mintz do US-PR Commission on the Status of PR (Mintz, 1966) –; ou uma ponte precisamente por sua mistura cultural (o conceito de fusão de culturas – *fusion of cultures* – de Hansen), continuaria subrepticiamente subjazendo os debates acadêmicos do *laboratório* sobre a identidade.

Tentando combinar o primeiro e o último (isto é, as posições do portorriqueno Muñoz e do norte-americano Hansen), o especialista em planejamento para o desenvolvimento das áreas ainda subdesenvolvidas, Richard L. Meier, tentaria argumentar uma quinta posição: Porto Rico se constituía em um exemplo para essas áreas como país dinamizado por seu *vigor híbrido* e pela transformação permanente que seus processos de hibridização implicavam.

“A transformação ilusória”

O Centro de Pesquisas Sociais da UPR foi a principal instância institucional do *laboratório* porto-riquenho na consolidação do modelo de “industrialização por convite”. Ainda que se tenha

muito a pesquisar, não resta dúvida que a impugnação e a ameaça à hegemonia caribenha de Porto Rico e seu modelo modernizador que a alternativa antiimperialista da Revolução Cubana representava foi fator de importância na criação de uma nova instância universitária com olhares caribenhos mais explícitos, assim como no desenvolvimento de um campo acadêmico que viria a ser conhecido como “Estudos do Caribe”. Precisamente em novembro de 1959 a Secretaria Geral da Organização de Estados Americanos (OEA, da qual foi excluída Cuba) e a UPR assinaram um acordo de cooperação “para o desenvolvimento de um programa de estudos superiores de Ciências Sociais na região do Caribe”, que a *Revista de Ciências Sociais* reproduziu (OEA, 1960), como “introdução” a um número especial sobre o Caribe, que a *Revista* havia encomendado ao recém constituído Instituto de Estudos do Caribe, para que servisse como “sua apresentação”, diante da comunidade acadêmica. Para dirigir o novo Instituto de Estudos do Caribe, a UPR “importou” ao historiador norte-americano Richard M. Morse, escritor de artigos para a revista *Esquire* e descendente das mais “distintas” famílias do nordeste dos Estados Unidos, cuja genealogia podia ser traçada até os *foundng fathers* (*pais fundadores*) das treze colônias originais. No entanto, reafirmando a “autonomia relativa” de campos como o acadêmico-intelectual, podemos testemunhar hoje que Morse imprimiu ao Instituto desde seu começo um caráter nada apologético do – então impulsorado pela política exterior do seu país – “modelo porto-riquenho” e seus *development studies*.

Caracterizado no momento da sua morte, muitos anos depois (2001), pelo intelectual brasileiro Carlos Guilherme Mota como “um conservador de vanguarda” e um “americano intranquilo” (Hoettink, 2992: 11 y 15), Morse ironizou a comunidade intelectual de um Porto Rico em plena euforia celebratória de suas conquistas modernizantes, tanto com seus escritos como com suas práticas cotidianas de intercâmbio. Havia casado com uma bailarina haitiana, negra, discípula de Martha Graham, que se faria conhecer na boemia de San Juan por suas apresentações (de baile e canto) em lugares como *O oito portas* com acompanhamento de um pianista (e acadêmico) procedente de Curaçao e um virtuoso ritmista de seu país natal. Em uma época ainda marcada por discriminações de raça e de gênero, tanto em Porto Rico como em suas nomeações acadêmicas posteriores, Morse exigiu sempre possibilidades para a expressão artística de Emerante de Pradines (Krauze, 1995: 96), que ficará imortalizada nas artes plásticas porto-riquenhas no célebre óleo de Francisco Rodón conhecido como *Negrita con sombrilla*, hoje parte da coleção do Museu de Ponce, o principal museu do país.

Foi Morse quem primeiro discutiu diretamente a tese do “Vigor híbrido em aculturação: a transformação porto-riquenha”, em um artigo da *Revista de Ciências Sociais*, que, como provocação ao clima intelectual celebratório, intitulou “A transformação ilusória de Porto Rico” (Morse, 1960). Só três anos antes, no terceiro número do primeiro ano da revista, um dos acadêmicos norte-americanos convidados pelo Centro de Investigações Sociais, Thomas Cochran, adiantando alguns argumentos de seu estudo sobre os empresários porto-riquenhos que havia de publicar como livro dois anos depois (Cochran, 1959), identificava como Meier, nos próprios processos econômicos base da “transformação modernizante”, as duas “espécies-mãe” da alternativa cultural porto-riquenha como “as características de origens espanholas e os traços culturais norte-americanos” (Cochran, 1957). Morse observava explicitamente que não dedicaria seu artigo às pro-

blemáticas conceituais da analogia biológica da hibridez, mas a questionar através da história a sua posta dicotomia dessas “espécies-mãe”. Examinava como a história porto-riquenha exibia procedimentos culturais marcadamente distintos (em ocasiões, inclusive opostos) às “características mais marcantes da vida espanhola” (Morse: 361), tais como sua cultura urbana dominante, seu ceremonial burocrático, seu sentido penetrante de hierarquias, a prepotência da igreja e, acrescentaria eu, a estimação do sofrimento como forjador de caráter da sua religiosidade⁶. Com fina ironia em relação à analogia biológica, Morse afirmava que a cultura hispânica na história porto-riquenha não podia caracterizar-se como “tronco de sua cultura tradicional”, “era mais uma trepadeira do que uma árvore, com textura e não estrutura” (Morse, 1960: 364), portanto seria um equívoco conceber a Porto Rico colonial como uma “esquina tropical da velha Castilla” (Morse, 1960: 366).

Em lugar de visualizar a sociedade porto-riquenha como resultado de cruzamentos estrangeiros, Morse postulou a importância do estudo de sua trajetória, “assumem importância então o tempo, o lugar e a lógica *interna* de instituições particulares e atitudes culturais” (Morse, 1960), o que não invalidava o fato de que sua trajetória respondesse, em grande medida, à constante violência infligida pelas principais potências do mundo. Por outro lado, a segunda “espécie-mãe”, a cultura norte-americana, tampouco podia representar-se como “unitária” segundo Morse, e era necessário examinar com mais cautela quais de seus elementos poderiam ter-se “híbridizado” em Porto Rico. Por exemplo, as inibições emocionais de numerosos estudos sobre “relações de gênero” – naquele momento denominados “padrões de noivado, fecundidade e família” resumidos na *Revista de Ciências Sociais* (Hill, Back e Stycos, 1957; Hill, 1958; Rosario, 1958) – poderiam nutrir mais que um *ethos* de racionalidade, como apresentavam os *development studies*, padrões esqui-

zofrênicos só “canalizáveis” por um tipo de religiosidade, como encontram vários estudiosos do espiritismo, cujos primeiras descobertas Morse mencionava, e que apareceram publicados em seguida na revista (ver, por exemplo, Rogler e Hollingshead, 1960; Koss, 1972).

As pesquisas de sociologia histórica em Porto Rico estavam então nascendo e numerosas hipóteses e argumentos de Morse nesse artigo foram invalidados ou questionados por estudos posteriores. Não obstante, fica incólume sua crítica à interpretação do desenvolvimentismo como uma “superação” por valores estadunidenses de valores tradicionalistas hispânicos em um suposto choque cultural entre ambos hemisféricos americanos, Morse concluía que a exemplaridade porto-riquenha, mais do que naquela suposta hibridização das culturas em choque, se encontrava em padrões relacionais absolutamente alheios à hibridização e às suas espécies-mães. “Seus traços subjacentes de cordialidade, generosidade, bom humor e tolerância – mesmo que não sejam dos que fazem impérios ou produzem Shakespeare – são qualidades que necessitam enormemente suas contrapartidas na comunidade mundial” (Morse, 1960: 375)

Apesar das agudas observações de Morse, a primeira década da *Revista de Ciências Sociais* está repleta de artigos que retomam a divisão dicotômica entre o norte-americano e o hispânico na análise da modernização desenvolvimentista do “modelo porto-riquenho”. A obsessão pelo “encontro, choque ou hibridez” cultural subsistirá nas pesquisas, sobretudo naquelas sobre as relações de gênero, das relações “raciais” e os padrões de religiosidade.

Por outro lado, resulta significativo que Morse, ao agrupar em um livro dedicado a Emerante diversos escritos sobre “cultura e ideologia nas Américas” trinta anos depois de sua “transformação ilusória”, decidisse intitular a seção sobre Porto Rico (que incorpora, de fato, seu ensaio discutido) como “Porto

Rico: eternal crossroads” (“Porto Rico: uma eterna encruzilhada”) (Morse, 1989: 201-225). Não haveria Porto Rico, depois de tudo, perpetuados os processos de hibridização em sua própria dinâmica identitária? Não continuaria residindo sua exemplaridade para a América Latina e o mundo periférico – agora, pelas migrações presentes nos próprios centros metropolitanos – nas lições de sua indefinição, de sua perene abertura à incorporação diversa – cordial, generosa, tolerante –, em sua ininterrupta sucessão de encruzilhadas?

*Professor do Centro de Investigações Sociais da Universidade de Porto Rico. Foi professor visitante nas Universidades de Warwick (Inglaterra) e de São Paulo (Brasil).

¹ Este Artigo foi publicado em Crítica y emancipación. Revista latinoamericana de ciencias sociales. CLACSO, 2009. Ano I. N° 2. Tradução: Emir Sader.

² Além de numerosos estudos históricos específicos mais aprofundados, o livro de Ianni (1975) faz uma exaustiva análise comparativa. Sobre o populismo em Porto Rico e seus paralelos latino-americanos, ver González Diaz (1999), Baldrich (1981) e Quintero Rivera (1980), entre outros.

³ De acordo com o trabalho que realizara o economista oriundo de Saint Lucia, W. Arthur Lewis, W. Arthur Lewis, que viveu em Porto Rico e em 1949 publicou o ensaio “Industrial development in Puerto Rico” (Lewis, 1949). Lewis foi premiado com o Prêmio Nobel de Economia (1979) para as suas contribuições para o estudo do desenvolvimento econômico. Para mais informações, consulte Tignor (2006).

⁴ É interessante analisar a interpretação de que representava o quanto pôr para um país da América Latina da importância do Brasil, feito por quem estava a tornar-se um dos mais proeminentes sociólogos dos estudos Latino-Americanos sobre dependência (Ianni, 1979).

⁵ Quase um ano após a sua primeira edição em inglês, o Fondo de Cultura Económica publicou uma versão em espanhol que rapidamente se espalhou por toda a América Latina. Mesmo antes desta tradução, a Revista de Ciências Sociais publicou uma resenha do livro (Hurwitz, 1961). É importante notar que o livro não foca em uma crítica do desenvolvimentismo socialista, mas na tentativa de fazer avançar uma alternativa, pois seu subtítulo é “um manifesto não-comunista” (e não “um manifesto anti-comunista”).

⁶ Neste contexto, são esclarecedoras as diferenças que Curbelo (2003: 181 e 162) identifica entre a iconografia religiosa espanhola desta época, que enfatizava o gesto doloroso ou sóbrio, e os santos esculpidos em Porto Rico, que nunca “exaltam martírio ou dirigem o olhar para o céu como um sinal de obediência passiva”, mas muitas vezes sorrientes que expressam um “tom festivo e ocasionalmente irreverente” com seu olhar dirigido sempre para o espectador mundano. Veja outros exemplos Quintero (1998).

Bibliografía

- Álvarez Curbelo, Silvia y Rodríguez Castro, María Elena (eds.) 1993 *Del Nacionalismo al populismo: cultura y política en Puerto Rico* (Río Piedras: Huracán/UPR).
- Ayala, Francisco 1947 *Tratado de Sociología* (Buenos Aires: Losada).
- Ayala, Francisco 1953 “The transformation of the Spanish heritage” en Hansen, Millard y Wells, Henry (eds.) *Puerto Rico: a study in democratic development* (Filadelfia) Número Especial de *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*.
- Ayala, Francisco 1958 “Antropología del vecino” en *Revista de Ciencias Sociales* (Río Piedras) N° 2, junio.
- Ayala, Francisco 1963 “Sobre la sociología de la sociología” en *Revista de Ciencias Sociales* (Río Piedras) N° 3, septiembre.
- Baldrich, Juan José 1981 *Class and state: the origins of populism in Puerto Rico*, Tesis de Doctorado, Yale.
- Cochran, Thomas C. 1957 “Los comerciantes puertorriqueños y el cambio social” en *Revista de Ciencias Sociales* (Río Piedras) N° 3, septiembre.
- Cochran, Thomas C. 1959 *The Puerto Rican businessman: a study in cultural change* (Filadelfia: University of Pennsylvania Press). [Edición en español de 1961 (San José: CIS-UPR)].
- Curbelo, Irene 2003 *La expresividad en el otro. Cómo entender y gozar los santos de Puerto Rico* (Texas: Diomedes Press).
- García Canclini, Néstor 1995 *Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad* (México DF: Grijalbo).
- Gilin, John 1955 “Ethos components in modern Latin American culture” en *American Anthropologist* (Washington DC) Vol. 57, N° 3.
- Gilin, John 1957 “Reseña de *The people of Puerto Rico: a study in social anthropology* por Julian H. Steward et al.” en *Revista de Ciencias Sociales* (Río Piedras) N° 2.
- González Díaz, Emilio 1999 *El Partido Popular Democrático y el fin de siglo. ¿Qué queda del populismo?* (Río Piedras: CIS-UPR).
- González Ortiz, Beauregard 1984 *La administración pública norteamericana: origen, crítica y crisis* (San José: Express Offset).
- Hancock, Ralph 1960 *Puerto Rico: a success story* (Princeton: Van Nostrand & Co.).
- Hansen, Millard 1953 “Training and research in Puerto Rico” en Hansen, Millard y Wells, Henry (eds.) *Puerto Rico: a study in democratic development* (Filadelfia) Número Especial de *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*.
- Hansen, Millard y Wells, Henry (eds.) 1953 *Puerto Rico: a study in democratic development* (Filadelfia) Número Especial de *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*.
- Hanson, Earl Parker 1955 *Transformation: the story of modern Puerto Rico* (Nueva York: Simon & Shuster).
- Hill, Reuben 1958 “El noviazgo en Puerto Rico: período de transición” en *Revista de Ciencias Sociales* (Río Piedras) N° 1.
- Hill, Reuben; Back, Kurt W. y Stycos, J. Mayone 1957 “La estructura de la familia y la fertilidad en Puerto Rico” en *Revista de Ciencias Sociales* (Río Piedras) N° 1.
- Hoetink, Harry 2002 “En memoria de Richard M. Morse” en *Caribbean Studies* (Puerto Rico) N° 1.
- Hurwitz, Samuel J. 1961 “Reseña de *The stages of economic growth: a non-communist manifesto* por W.W. Rostow” en *Revista de Ciencias Sociales* (Río Piedras) N° 3.
- Ianni, Octavio 1975 *La formación del estado populista en América Latina* (México DF: Era).
- Ianni, Octavio 1979 *Estado e planejamento económico no Brasil (1930-1970)* (Río de Janeiro: Civilização Brasileira).
- Junta de Planificación del Gobierno de Puerto Rico 1954 *Duodécimo Informe Anual* (San Juan: Departamento de Hacienda).
- Koss, Joan D. 1972 “El porqué de los cultos religiosos: el caso del espiritismo en Puerto Rico” en *Revista de Ciencias Sociales* (Río Piedras) N° 1.
- Krauze, Enrique 1995 “Claves de Morse” en *Luso-Brazilian Review* (Wisconsin) N° 2. [Primera edición en español de 1995 en revista *Vuelta* (México) N° 220, marzo].
- Lewis, W. Arthur 1949 “Industrial development in Puerto Rico” en *Caribbean Economic Review*, N° 1, diciembre.
- Meier, Richard L. 1952 *The socio-economic requirements for a stable industrial society in Puerto Rico: a study of the dangers threatening progress in industrialization* (San Juan: Puerto Rico Planning Board).
- Meier, Richard L. 1956 *Science and economic development: new patterns of living* (Massachusetts: MIT Press).
- Meier, Richard L. 1962 *A communication theory of urban growth* (Massachusetts: MIT Press).
- Meier, Richard L. 1965 *Developmental planning* (New York: McGraw-Hill).
- Meier, Richard L. (1975) *Planning for an urban world* (Massachusetts: MIT Press).
- Mintz, Sidney W. 1966 “Puerto Rico: an essay in the definition of a national culture” en US-PR Commission on the Status of PR Selected Background Studies (Washington DC: US Gov. Printing Office).
- Morse, Richard 1960 “La transformación ilusoria de Puerto Rico” en *Revista de Ciencias Sociales* (Río Piedras) N° 2.
- Morse, Richard 1989 *New world soundings: culture and ideology in the Americas* (Baltimore: The John Hopkins University Press).
- Muñoz Amato, Pedro 1954 *Introducción a la administración pública: teoría general, planificación, presupuesto* (México DF: FCE).
- Muñoz Amato, Pedro 1957 “Las bases políticas del servicio civil: algunos ejemplos de América Latina” en *Revista de Ciencias Sociales* (Río Piedras) N° 1.
- OEA 1960 “Acuerdo de cooperación entre la Secretaría General de la OEA y la Universidad de Puerto Rico para el desarrollo de un programa de estudios superiores de Ciencias Sociales en la región del Caribe” en *Revista de Ciencias Sociales* (Río Piedras) N° 1.
- Perloff, Harvey S. 1950 *Puerto Rico's economic future: a study in planned development* (Chicago: The University of Chicago Press).
- Quintero Rivera, Ángel 1980 “La base social de la transformación ideológica del Partido Popular en la década del '40” en Navas, Gerardo (ed.) *Cambio y desarrollo en Puerto Rico* (Río Piedras: UPR).
- Quintero Rivera, Ángel 1988 “Apuntes para una sociología del análisis social en Puerto Rico: el mundo letrado y las clases sociales en los inicios de la reflexión sociológica” en *Patricios y plebeyos: burgueses, hacendados, artesanos y obreros* (Río Piedras: Huracán/CIS).
- Quintero Rivera, Ángel 1998 *Virgenes, magos y escapularios. Imaginería, etnicidad y religiosidad popular en Puerto Rico* (San José: CIS/UPR).
- Rogler, Lloyd H. y Hollingshead, August B. 1960 “Algunas observaciones sobre el espiritismo y las enfermedades mentales entre puertorriqueños de clase baja” en *Revista de Ciencias Sociales* (Río Piedras) N° 4.
- Rosario Urrutia, Mayra 1993 “Detrás de ‘La vitrina’: expectativas del Partido Popular Democrático y política exterior norteamericana, 1942-1954” en Álvarez-Curbelo, Silvia y Rodríguez Castro, María Elena (eds.) *Del nacionalismo al populismo: Cultura y política en Puerto Rico* (Río Piedras: Huracán).
- Rosario, Charles 1958 “Dos tipos del amor romántico: Estados Unidos y Puerto Rico” en *Revista de Ciencias Sociales* (Río Piedras) N° 3.
- Rostow, W.W. 1960 *The stages of economic growth: a non-communist manifesto* (Cambridge, UK: Cambridge University Press). [Primera edición traducida al español de 1961 (México: FCE)].
- Santana Rabell, Leonardo 1984 *Planificación y política durante la administración de Luis Muñoz Marín* (San Juan: Análisis).
- Steward, Julian H. 1953 “Culture patterns of Puerto Rico” en *Puerto Rico: a study in democratic development* (Filadelfia) Número Especial de *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*.
- Steward, Julian H. et al. 1956 *The people of Puerto Rico: a study in social anthropology* (Illinois: University of Illinois Press).
- Tignor, Robert L. 2006 *W. Arthur Lewis and the birth of development economics* (Princeton: Princeton University Press).
- Truman, Harry S. 1950 *Memoirs* (Nueva York: Doubleday).
- Wells, Henry 1957 “La reorganización administrativa en Puerto Rico” en *Revista de Ciencias Sociales* (Río Piedras) N° 1.
- Wells, Henry 1969 *The modernization of Puerto Rico: a political study of changing values and institutions* (Cambridge: Harvard University Press).

A demografia no século XXI na América Latina¹

Carmen Miró*

1 – A demografia na América Latina no século XX

Ao final do século XIX poucos países da América Latina haviam realizado censos populacionais que lhes permitissem conhecer, não só o tamanho de suas populações e a distribuição destas em seu território, como também algumas características, entre elas, sexo e idade. Somente na metade do século XX – quando o Instituto Interamericano de Estatística (IASI na sigla em inglês) lançou seu Programa do Censo das Américas (COTA) – que um bom número de países da região participou desse programa levantando censos populacionais no ano de 1950 com certo grau de uniformidade no conteúdo dos levantamentos censitários.

Os resultados destes censos, comparados com os dados disponíveis até então, vieram confirmar que as populações da maioria dos países latinoamericanos estavam crescendo a ritmos acelerados. A taxa anual de crescimento populacional em alguns casos rondava três por cento anuais, taxa que permitia duplicar o número de habitantes em um breve período de anos. Igual situação parecia estar ocorrendo em outras regiões subdesenvolvidas do mundo.

Este crescimento populacional que chegou a ser qualificado com o explosivo suscitou preocupação nos países desenvolvidos, e reconhecendo-se que, em geral, na América Latina não se contava com pessoal capacitado em Demografia, em uma Assembleia Geral da ONU, chegou-se a propor a adoção de uma resolução recomendando que as regiões subdesenvolvidas criassem centros que além de formar recursos humanos capacitados a abordar o estudo do comportamento humano de suas populações, prestavam assistência técnica aos países a desejassem para levar adiante investigações que trouxessem dados para a avaliação dos comportamentos, analisando a dinâmica que determinava sua taxa de crescimento e possível evolução da natalidade e da mortalidade.

Na América Latina se buscou aplicar a resolução da Assembleia da ONU mediante o estabelecimento de um centro como os recomendados, o que ocorreu no Chile em 1957. Foi dessa forma que, em meados do século XX, começou a se desenvolver a aplicação da Demografia na região, ao mesmo tempo que se procurou formar pessoal profissional que pudesse aplicar seus conhecimentos dessa disciplina à análise do comportamento demográfico em distintos países.

O Centro Latino-americano de Demografia (CELADE), que foi como se designou o órgão criado como recomendação da ONU, começou em 1958 a oferecer cursos de análise demográfica com duração de 10 meses, onde também se estudava as principais fontes de dados demográficos e os métodos utilizados por eles para coletá-los. Estes cursos eram assistidos por pequenos grupos de funcionários estatais, principalmente de secretarias de estatística, na qualidade de bolsistas cujas candidaturas eram propostas pelos respectivos governos.

Ao mesmo tempo em que oferecia os cursos de análise demográfica em sua sede e em uma subsede estabelecida posteriormente em São José com a colaboração da Universidade da Costa Rica, o CELADE prestava assistência técnica a alguns países que desejavam analisar os dados de seu censo populacional para avaliar como evoluía sua dinâmica demográfica e preparar projeções que lhes permitissem conhecer a possível evolução futura de sua popula-

ção. Dados estes que o Estado poderia utilizar para adotar medidas modificando o comportamento demográfico da população.

Os estudos realizados nas décadas de 1960 e 1970 com a colaboração do CELADE e a disponibilidade de profissionais já capacitados em análise demográfica confirmaram que, com exceção da Argentina, Uruguai, Chile e Cuba, nos demais países da região, e de maneira mais significativa nos centroamericanos e de alguns do norte da América do Sul, as populações cresceram aceleradamente, produto de uma mortalidade em queda e de uma fecundidade estabilizada em níveis relativamente altos.

Surgiu então em alguns círculos, particularmente nos Estados Unidos, a compreensão de que os baixos níveis de crescimento econômico que em geral se davam nos países latinoamericanos se deviam às elevadas taxas de crescimento demográfico, que os obrigava a destinar recursos crescentes para atender as necessidades de seus habitantes. Diante disso, foi proposto que nossos países adotassem medidas orientadas a diminuir esse crescimento demográfico, o que de fato se fez. Por serem conhecidas, não parece necessário descrever aqui estas medidas. O que é importante assinalar é que em períodos de poucos anos reduziu-se significativamente as taxas de crescimento populacional desses países, ainda que deva ser sublinhado que não se elevaram as de desenvolvimento e crescimento econômico, que praticamente não variaram ou em alguns casos pioraram.

Antes de abordar o exame das demandas que se colocam neste século XXI convém sublinhar que o CELADE optou por organizar uma primeira etapa de ensino de análise demográfico, o que implicou a aplicação da demografia formal, cujo desenvolvimento se apóia de maneira significativa em métodos estatísticos, considerando que em seus inícios nos anos 1958 e 1959 o que os países demandavam a CELADE seriam estimativas das variedades demográficas básicas: fecundidade e mortalidade, avaliando o grau de cobertura de suas fontes informativas, análises das estruturas diferenciais de população e sua distribuição no território, assim como sua possível evolução futura, com base em projeções de população, a dizer, elementos que permitiam conhecer e descrever como a respectiva dinâmica demográfica modificava o tamanho, a distribuição, as estruturas de sexo e idades de suas populações. No entanto, posteriormente, em diversos momentos da segunda metade do século XX, se organizaram no Brasil e no México mestrados em demografia – Brasil, CEDEPLAR, 1964; México, CED, 1964² – que anos mais tarde se ampliaram a doutorados – Brasil, CEDEPLAR, 1985 e NEPO, 1985; México em 1985 – (RUIZ, 2005) e atualmente se conta com mestrado e doutorado em demografia na Universidade Nacional de Córdoba, Argentina.

Com o propósito de não ampliar desnecessariamente o exame da evolução que se dá na América Latina o estudo de demografia e suas populações na segunda metade do século XX, convém examinar o que está ocorrendo nestas populações atualmente. Nesta situação o que vai determinar a aplicação da demografia como ciência na região para apoiar suas sociedades e seus governos na compreensão dos fenômenos sociais, econômicos, de saúde e ambientais que afetam as suas populações e são afetados pelo comportamento destas.

Por conta das medidas adotadas em todos os países da região, diminuiu, em distintos graus, a taxa anual de crescimento demográfico, produto principalmente da queda do nível de fecundidade, o que levou a uma chamada transição demográfica, que segundo o grau de avanço da mesma, modificou as estruturas por idade que, em geral, se caracterizam por uma diminuição da proporção dos menores de 15 anos, um crescimento da dos jovens entre 15 e 19, um crescimento da população em idade para trabalhar entre 20 e 59 anos, e o que está provocando maior preocupação: um importante crescimento do grupo de 60 anos ou mais.

2 – América Latina e demografia no século XXI

2.1 – Transição demográfica e evolução das estruturas por idade

É da maior prioridade, nos tempos atuais, estimar como se transformaram nas populações latino-americanas as estruturas de idade e qual a relação que elas teriam com a evolução das condições de educação, saúde e a incidência de doenças, o padrão de distribuição da população no território, os níveis e características do emprego e os níveis de fecundidade e mortalidade.

O estudo e avaliação de três grupos de idade suscitaram especial atenção pela relação direta que tem com as transformações sociais. Eles são: os adolescentes e adultos jovens, cujo maior crescimento coloca a necessidade de adoção de medidas especiais dirigidas a esse grupo para atender os múltiplos problemas que eles colocam.

O segundo grupo é o da população em idade de trabalho, cujo crescimento em alguns países foi qualificado, por alguns profissionais, como boom demográfico, designação totalmente equivocada, já que nesses países, como em geral na América Latina, ocorre um alto nível de desemprego, pelo que o crescimento desse grupo vem a complicar o já difícil problema da não utilização ou subutilização da força de trabalho potencial. O crescimento deste grupo populacional, com altos níveis de desemprego, vem a agravar os problemas que afligem os sistemas de seguridade social na América Latina, já que uma elevada porcentagem da população não contribui no pagamento de cotas nestes sistemas, complicando ainda mais o problema da solidariedade entre gerações.

O crescimento da população de 60 anos ou mais, designado pela ONU como “adultos maiores”, é o que demanda maior preocupação, já que se trata de um grupo que em um alto percentual é dependente, seja por já ter se retirado da atividade econômica, ou nunca trabalhou (caso específico de muitas mulheres). É óbvio que este grupo coloca importantes demandas: manutenção por algum familiar ou pelo Estado, se não pertencer a nenhum sistema de segurança social, o que é bastante frequente, especialmente para os de idades mais avançadas (80 anos ou mais). Outra demanda é a da atenção médica que com frequência exige hospitalização, para estados de saúde que se deterioraram severamente com o avançar da idade.

No estudo deste grupo será de muita utilidade estar em condições de estimar valores de expectativa de vida para grupos com características distintas.

Nos três casos anteriores já não basta a análise demográfica formal. Agora se faz indispensável estabelecer relações, formular análises e chegar a conclusões acerca de como propor soluções para a resolução dos problemas que a evolução destas estruturas de idade entre distintos grupos sociais coloca ao desenvolvimento econômico e social do país. Iremos chamá-la de demografia substantiva.

2.2- Concentração Urbana da população

Um bom número de cidades da América Latina se desenvolve de maneira desordenada, com altas concentrações populacionais nas periferias das cidades, onde se criaram problemas ambientais que ocasionalmente afetam negativamente a saúde da população, especialmente quando ela está desprovida de serviços essenciais (água potável, saneamento, coleta de lixo). De forma igual vão se dar os problemas de transporte e de exploração desordenada dos recursos naturais disponíveis.

Geralmente, esta concentração urbana se dá a expensas das áreas rurais, de onde emigra população por falta de terras agrícolas, que geralmente se concentram em poucas mãos, com a consequente depauperização de grupos importantes da população rural que se vê forçada a migrar para a cidade.

Urge que os demógrafos, em colaboração com profissionais de outras disciplinas, em busca de soluções efetivas, abordem o estudo de problemas que se derivam da alta concentração urbana e da excessiva migração rural que estão não só criando problemas ambientais, como também problemas associados à sobrevivência das populações residentes nestas áreas. Os estudos dos demógrafos sobre a migração interna podem ser caracterizadas como simplistas porque em geral se limitam a medições sem que se dê uma investigação analítica sobre causas e efeitos, magnitudes de grupos afetados e características diferenciais dos mesmos.

Citando a CEPAL, é preciso considerar que “para analisar as relações entre população e meio ambiente há que aplicar um enfoque que inclua, além do mais, as tendências demográficas, assuntos relacionados com os padrões de produção e consumo da população, que se atente às políticas de avanços tecnológicos destinados a impedir a degradação do ecossistema” (CEPAL, 1993: 63).

2.3 – Problema de emprego e crescimento da população

Os dados dos censos sobre a população economicamente ativa tem permitido dimensionar o desemprego, porém é preciso ir mais além na análise deste fenômeno de múltiplas facetas e que de maneira tão significativa fragiliza importantes grupos populacionais afetados pela pobreza, com baixos níveis de educação e, em geral, condições de vida precárias.

Este é outro caso em que não basta somente medir o fenômeno. Na busca de soluções destes problemas, a demografia deve contribuir para caracterizar segundo a idade, sexo, localização geográfica e níveis de educação e capacitação os grupos populacionais afetados pelo flagelo do desemprego em suas variadas formas: o emprego informal, o subemprego. Deve também a demografia esclarecer o impacto do desemprego sobre os sistemas de segurança social.

2.4- Migração internacional

Salvo as análises que se fizeram no passado sobre movimentos de imigrantes para a Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, em tempos recentes tem sido o México o que de maneira mais sistemática e persistente está estudando a migração mexicana para os Estados Unidos. Hoje em dia, sem dúvida, movimentos migratórios internacionais de diversas

naturezas ocorrem em numerosos países da região. Não se trata já da famosa “migração de cérebros”. Hoje se mobilizam contingentes elevados de imigrantes com baixos níveis de educação, fugindo de seu país de origem por conta da pobreza e do desemprego. Tem sido assinalado por alguns autores latinoamericanos que as fontes tradicionais de medição das migrações internacionais apresentam notáveis limitações para o estudo e análise dos movimentos que hoje representam características distintas, praticamente inéditas.

Aqui encontramos um campo que se apresenta para a demografia com a tarefa de contribuir para a análise dos impactos que estes novos movimentos tem nos lugares de origem, nos do destino, que podem qualificar-se de transitórios, e os finais. Quais são as principais características dos que migram: estrutura familiar, grupos de idade, sexo, educação, atividades nos lugares de origem e lugares de destino, remessas que os imigrantes enviam a seus países de origem, tudo o que necessariamente obriga a melhorar e ampliar as fontes de dados relacionadas.

2.5- Família

A análise do comportamento e evolução da família como parte integrante dos câmbios demográficos que ocorrem na região tem sido tema praticamente não estudado em profundidade. As profundas transformações sociais, econômicas e políticas que marcam muitos países da região na segunda metade do século XX e os primeiros anos do século XXI têm afetado de maneira significativa a família em sua organização, seus papéis e sua interação com outros entes sociais.

Não pode a demografia latino-americana continuar ignorando a urgência em contribuir ao estudo da evolução sofrida pela família e os efeitos demográficos que dela se derivam. Um documento preparado por Susana Torrado, citado na bibliografia, constituiu um elemento importante para definições neste campo.

2.6- População, educação e desenvolvimento

Na maioria dos países latinoamericanos, especialmente os centroamericanos e os do caribe, o desenvolvimento do sistema educacional e a prestação de serviços na educação à população colocam problemas que em certos casos parecem insolúveis. A demografia pode e deve contribuir para dimensionar algumas das características do fenômeno: estrutura por idades e sexo, distribuição espacial segundo a categoria dos lugares da clientela potencial do sistema educativo em contraste com o que efetivamente se registra. Além de permitir uma medição exata da cobertura do sistema, facilita o exame de problemas tais como o déficit de cobertura nos distintos níveis de educação. Contribuiria desta maneira para avaliar um dos objetivos do Desenvolvimento do Milênio, proposto pela ONU.

Um intercâmbio entre demógrafos e educadores deve contribuir para o desenvolvimento de metodologias aplicáveis à medição e eventual avaliação de aspectos tais como: distribuição de docentes no sistema e grau de formação dos mesmos, avaliação da aprendizagem dos estudantes e alguns aspectos administrativos do sistema educacional, como a descentralização geográfica dos serviços.

2.7- Pobreza e crescimento populacional

A tendência que até então e com frequência se dava em algumas investigações sobre populações e pobreza, de atribuir a existência da mesma ao crescimento da população, felizmente foi superada e hoje se reconhece que a pobreza está ligada à existência de condições econômicas e sociais que a propiciam.

A primeira entre estas condições é a significativa desigualdade econômica que se dá praticamente em todos os países latinoamericanos. A região é catalogada nos estudos internacionais que se realizam

como uma das que apresentam as maiores desigualdades no mundo. Esta injustiça social coloca a certos grupos de nossas populações situações marginais no que diz respeito ao emprego (desemprego, subemprego, emprego informal), educação (analfabetismo, educação primária). Em colaboração com sociólogos e economistas, o demógrafo está capacitado e deve contribuir para a análise de quais grupos populacionais são os mais afetados pelas condições de desigualdade e pobreza. Somente esclarecida estas relações se poderá apontar a doação de medidas práticas que possam corrigir as iniquidades.

2.8- População e desenvolvimento sustentável

O anátema que pendia sobre o crescimento da população como responsável pela maioria dos problemas sociais e econômicos que afetam nossos países felizmente desapareceu na medida em que esses problemas como a dinâmica do crescimento populacional foram melhor compreendidos. Novas situações colocaram novas necessidades de investigação. A atenção que agora se presta ao ambiente, à ecologia e a proteção dos recursos naturais resultam em grande importância para o estudo do crescimento da população e ao desenvolvimento sustentável. Economistas e demógrafos devem agora ampliar as investigações que permitam estabelecer as relações existentes entre ambos os fenômenos.

2.9- Informática e estudos demográficos

O notável desenvolvimento dado para a informática, particularmente na aplicação da computação na investigação científica, coloca aos demógrafos a necessidade de aplicar estes novos métodos para ampliar as possibilidades de investigação de temas cujo estudo não tenha sido abordado por requerer amplas e extensas elaborações matemáticas.

Em resumo, os anteriores não são os únicos temas que de forma ampliada terão que ser abordados no futuro, porém corresponderá aos demógrafos, formados em programas que transcendam a demografia formal, contribuir para ampliar os limites da disciplina.

*Cientista social panamenha. Foi diretora fundadora do Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE). Entre suas publicações destacam-se: *Población y desarrollo; Estado Del conocimiento y prioridades de investigación* (em colaboração com Joseph Potter); *Capitalismo y población en El Agro Latinoamericano* (em colaboração com Gerardo González C. e James McCarathy).

1 Este texto faz parte de *América Latina, población y desarrollo*, organizado e apresentado por Brígida García e Dídimo Castill pela Colección Del Pensamiento Crítico Latinoamericano que foi editada pela CLACSO em parceria com a Siglo del Hombre Editores (Colombia, 2009). Foi publicado originalmente em Carmen A. Miró G. *Papeles de población*. Outubro – dezembro de 2006, p. 13-22. Tradução: Fernando Vieira.

2 Que constituiu um bom exemplo da transformação curricular. De Centro de Economia e Demografia (CEED) passou a ser Centro de Estudos de Demografia e Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CEDDUA).

Bibliografia

- Comisión Económica para América Latina y el Caribe 1993 *Población, equidad y transformación productiva* (Santiago de Chile: Cepal).
- Lutz Wolfgang, C. Sanderson Warren y Sergei Scherbov 2005 *The end of world population growth in the 21st. century: new challenges for human capital formation and sustainable development* (Luxemburg: Earthscan and International Institute for Applied Systems Analysis).
- Ruiz Salguero, Magda y Ciro Martínez Gómez 2005 *Situación de los programas de formación de recursos humanos en demografía y población y desarrollo en América Latina y el Caribe*, Informe de consultoría.
- Torrado, Susana 2006 *Hogares y familia en América Latina*, documento apresentado a II Sesión Plenaria del II Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población.
- UNFPA 2002 *Estado de la población mundial 2002. Población, pobreza y oportunidades*.
- United Nations 2005 *World population monitoring 2003. Population, education and development* (Nueva York).
- Urquidi, Víctor 2002 *Los desafíos del desarrollo sustentable en la región latinoamericana* (México: El Colegio de México).

XXIII ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CLACSO V CONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA DE CIÊNCIAS SOCIAIS



AMÉRICA LATINA E CARIBE:
DESAFIOS DEMOCRÁTICOS E POLÍTICAS EMANCIPATÓRIAS

7, 8, 9 e 10 de outubro de 2009

Cochabamba, Bolívia



Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

www.clacso.org



Gobierno de Bolivia
Presidencia de la República



Universidad Mayor
de San Simón

CEPLAG
Centro de Planificación
y Gestión

IESE
Instituto de Estudios
Sociales y Económicos

C E R E S

Centro de Estudios de la
Realidad Económica y Social